



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETARIA

FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO PARÁ

ATA da primeira reunião do ano de 2011 e décima quarta reunião ordinária do **FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO ESTADO DO PARÁ**. Data: 28 de janeiro de 2011 - horário: 09h41 às 12h30. Local: Auditório da Secretaria Geral (SEGE), 3º Andar do prédio da Reitoria da Universidade Federal do Pará (UFPA), sito à Rua Augusto Corrêa, nº 01, Bairro - Guamá, Belém-PA.

01 Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de 2011, às 09h41, deu-se início à décima quarta reunião
02 ordinária do FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO
03 PARÁ, no Auditório da Secretaria Geral (SEGE), 3º Andar do prédio da Reitoria da Universidade
04 Federal do Pará (UFPA), sito à Rua Augusto Corrêa, nº 01, Bairro - Guamá, Belém-PA. Estiveram
05 representadas as seguintes instituições: Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC), Prof.
06 Dr. Cláudio Cavalcanti Ribeiro, Secretário de Estado de Educação, em exercício e Presidente do
07 Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente do Pará; Coordenação Estadual do
08 PARFOR-PA, Prof. Dr. Licurgo Peixoto de Brito; Ministério de Educação (MEC), Profa. Dra.
09 Helena Lopes de Freitas; Universidade Federal do Pará (UFPA), Profa. Dra. Marlene Medeiros
10 Rodrigues de Freitas, Prof. Dr. Márcio Lima do Nascimento; Universidade Federal Rural da
11 Amazônia (UFRA), Profa. Dra. Janae Gonçalves Martins; Universidade do Estado do Pará (UEPA),
12 Profa. Dra. Maria das Graças da Silva e Prof. Neivaldo Oliveira Silva; Instituto Federal de
13 Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Profa. Msc. Ana Cássia Sarmiento Ferreira;
14 Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Magnífico Reitor Prof. Dr. José Seixas Lourenço e
15 Profa. Msc. Terezinha de Jesus Dias Pacheco; Associação Nacional pela Formação dos Profissionais
16 da Educação (ANFOPE), Presidente e Profa. Dra. Iria Brzezinski, Profa. Dra. Ana Rosa Peixoto de
17 Brito, Prof. Emmanuel Ribeiro Cunha; União dos Dirigentes Municipais de Educação – Seção Pará
18 (UNDIME/PA), Sra. Nair Mascarenhas; Sindicato dos Pedagogos do Estado do Pará (SINPEP),
19 Profa. Maria Salomé Vilhena dos Santos; Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Pará
20 (SINTEPP), Prof. José Mateus Ferreira; Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA), Prof.
21 Dr. Roberto Ferraz Barreto. Participaram como convidados: Prof. Dr. Erick Nelo Pedreira
22 (PROPLAN/UFPA), Prof. Mauro Alves Magalhães (PROEG/UFPA), Profa. Ana Cristina Pimentel
23 Almeida (PARFOR/UFPA), Profa. Dra. Josenilda Maués da Silva, Profa. Msc. Karla Almeida, Profa.
24 Maria da Conceição Rosa Cabral e Profa. Dra. Ana Maria Orlandina Tancredi Carvalho
25 (ICED/UFPA); Prof. Dr. Tadeu Oliver Gonçalves e Profa. Elinete Raposo Ribeiro (IEMCI/UFPA).
26 Como participantes/colaboradoras: Técnica Esp. Janete Messias, Profa. Esp. Maíra Carvalho, Profa.
27 Gláucia Baía, Profa. Hildete Braz e Técnica Milena Kzan, da Coordenação Estadual do PARFOR-
28 PA. Não esteve presente a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/PA). A
29 abertura da reunião foi feita pela Profa. Dra. Marlene, da UFPA, instituição anfitriã da primeira
30 reunião do ano de 2011, que ao fazer uso da palavra, justificou a ausência do Magnífico Reitor Prof.
31 Dr. Carlos Edilson de Almeida Maneschy no referido ato, e em nome do mesmo, agradeceu a
32 presença de todos. Lembrou do empenho de todas as instituições componentes do Fórum em 2010 e,
33 que a Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC), cujo titular é presidente do Fórum, tem
34 uma nova representação. Em seguida, chamou para compor a mesa de abertura, o Secretário de
35 Estado de Educação do Pará em exercício, Prof. Cláudio Ribeiro, que presidirá a sessão; o
36 Coordenador Estadual do PARFOR-PA, Prof. Licurgo e o Coordenador do PARFOR/UFPA, Prof.
37 Márcio. Após a composição da mesa passou a palavra ao Prof. Márcio, o qual evidenciou a

38 importância do Fórum no debate de questões pertinentes à execução da política de formação
39 docente, no Pará. Ao tomar a palavra, o Prof. Licurgo parabenizou a todos e deu ênfase à
40 participação do Prof. Cláudio Ribeiro, atual Secretário de Estado de Educação e presidente do
41 Fórum, para lembrar que o fato da reunião ter acontecido na UFPA, fez com que se sentissem em
42 casa, pelas trajetórias dos mesmos naquela instituição de ensino; deu as boas vindas a ANFOPE pela
43 representação expressiva e ao SINTEPP, pelo retorno às reuniões; agradeceu a UFPA, na pessoa da
44 Profa. Marlene pela receptividade calorosa a todos os presentes. Ao fazer uso da palavra o
45 Secretário de Educação e Presidente do Fórum, lembrou que muitos dos membros do Fórum já
46 compartilharam com ele de outros espaços de trabalho e frisou a importância do retorno do
47 SINTEPP às reuniões. Reafirmou o compromisso da SEDUC com o Programa de Formação dos
48 Docentes da Educação Básica e sua execução no Pará, ao dizer que a cobertura das questões
49 referentes à educação se coloca como desafio no estado, dadas as distâncias e os problemas de
50 comunicação, o que se aplica também ao ensino profissional, onde estes são maiores. Disse que o
51 desafio dessa cobertura é trabalhar a qualidade do ensino desenvolvido no Pará, pois o ensino básico
52 ainda apresenta índices insatisfatórios, basta consultar o Índice de Desenvolvimento da Educação
53 Básica (IDEB) dessa região. Esse contexto faz com que o PARFOR, mesmo dando importância à
54 formação inicial, tenha um papel fundamental na busca de superação desses índices, o que já é um
55 grande desafio, mas não é o suficiente. O mundo exige cada vez mais qualidade, então temos que
56 envidar todos os esforços para fazer a cobertura da formação inicial, fazendo chegar a todos os
57 professores da rede pública as informações e as orientações que necessitam para ingressar no
58 Programa. Quanto à formação continuada, apesar do contexto, é um processo que não pode parar e a
59 SEDUC também atuará nesse sentido. Ressaltou que quando estava se deslocando para essa reunião,
60 foi indagado pela imprensa sobre a educação pública no Pará, ocasião em que já havia firmado o
61 compromisso da instituição que representa, com a melhoria da educação de forma ampla, o que
62 remete à SEDUC o desafio de trabalhar para que a educação pública e privada seja de qualidade; no
63 caso do ensino privado é dever da SEDUC acompanhar. Disse que a melhoria na formação do
64 professor passa pela continuidade da formação e pelas perspectivas de progressão. Ao finalizar a fala
65 de abertura, agradeceu à UFPA pela acolhida. Ao retomar a palavra, a Profa. Marlene desfez a mesa
66 de abertura, comunicou a participação do Prof. Dr. Marcos Ximenes, ex-reitor da UFPA, e passou a
67 presidência da mesa ao Prof. Cláudio Ribeiro. Ao assumir os trabalhos o mesmo fez a leitura da
68 pauta, assim constituída: **1. Comunicações; 2. Proposições; 3. Ordem do dia: 3.1- Leitura e**
69 **aprovação da ata da 13ª Reunião Ordinária realizada no dia 13 de dezembro de 2010; 3.2- Leitura e**
70 **aprovação da Ata da Sessão Especial do dia 13 de dezembro de 2010; 3.3- Formalização da**
71 **Comissão de Formação Continuada do Fórum; 3.4- Processo Seletivo 2011/01; 4. O que ocorrer.**
72 Apresentada a pauta, o Presidente da Mesa franqueou a palavra aos participantes para fazerem suas
73 comunicações. **(1). Comunicações.** O Prof. Licurgo informou sobre a alteração do cronograma do
74 Processo Seletivo 2011/01, com a prorrogação das validações até 31 de janeiro do ano em curso, o
75 que também adiou a divulgação do listão do dia 02 de fevereiro para o dia 11 do mês em destaque;
76 data que antecede a próxima reunião do Fórum. A Profa. Ana Rosa comunicou a participação de
77 mais dois membros da ANFOPE na reunião, Profa. Iria Brzezinski (Presidente), Prof. Emmanuel
78 Ribeiro Cunha, com permissão do Fórum. Em seguida, e com a permissão do Presidente da Mesa,
79 passou a palavra à Profa. Iria para suas manifestações. A referida professoras enfatizou o papel da
80 ANFOPE no Fórum ao dizer que mesmo sendo competência da Associação as questões ligadas ao
81 estudo e à pesquisa, esta também tem o papel de apoiar a formação dos professores da educação
82 básica; disse que a ANFOPE já tem acento no Fórum desde a quarta reunião, com a representação da
83 Profa Ana Rosa. O Prof. Márcio disse que para 2011 a UFPA ampliou o quantitativo de licenciaturas
84 em oferta no PARFOR-PA com a inclusão de mais três cursos: Educação do Campo - Ciências
85 Naturais; Licenciatura Integrada em Educação, Ciências Matemáticas e Linguagens e Dança,
86 passando de 18 para 21 o número de cursos de licenciatura ofertados. O Prof. Licurgo lembrou que o
87 documento aprovado pelo Fórum para apresentação ao novo gestor da SEDUC já é de conhecimento
88 do mesmo e, em nome da equipe da Coordenação Estadual do PARFOR-PA, agradeceu a todos pelo

89 empenho no sentido de permanência da mesma. O Prof. Mateus justificou que em decorrência do
90 quadro de pessoal, o SINTEPP esteve ausente de algumas reuniões do Fórum realizadas em 2010;
91 disse que a instituição está organizando suas agendas para assegurar que a participação seja efetiva
92 em 2011; evidenciou as condições em que algumas formações estão acontecendo, pois estão aquém
93 do desejado, conseqüentemente acentuando as reclamações dos professores-alunos ingressos em
94 cursos da Plataforma Freire. Informou que tem em sua posse um documento, que repassará ao
95 Fórum para apreciação e manifestação, no qual os professores-alunos do PARFOR-PA reclamam da
96 qualidade da formação, principalmente no que se refere ao apoio aos professores cursistas, tanto pela
97 rede municipal como estadual de ensino. A Profa. Iria evidenciou que este Fórum poderia até
98 pressionar os gestores municipais, mas às vezes os municípios não têm recursos para arcar com a sua
99 contrapartida. As instituições responsáveis pelas formações devem buscar apoio na LDB a fim de
100 assegurar a execução da política e, por conseguinte, a permanência do professor na sala de aula;
101 citou como exemplo o caso de Goiás, em que alguns cursos ofertados tiveram problemas para
102 assegurar a permanência dos professores em sala de aula. **(2). Proposições.** O Prof. Seixas Lourenço
103 propôs alteração no Calendário de Reuniões do Fórum para 2011, solicitando a substituição da
104 UFOPA, instituição anfitriã da reunião de fevereiro (21/02/2011), para junho ou setembro, o que foi
105 acatado com a aceitação da UFRA. O Prof. Neivaldo propôs a inclusão de pauta sobre o auxílio-
106 formação ao ressaltar a necessidade de esclarecimentos sobre o pagamento do referido auxílio a ser
107 feito pela SEDUC aos professores da rede estadual ingressos no PARFOR-PA. O Prof. Licurgo
108 propôs como inclusão de pauta: (1) que a Plataforma Freire aceite as pré-inscrições de professores
109 lotados em projetos educacionais e professores da Educação Especial, considerando que estes,
110 mesmo estando em sala de aula, não constam no Educacenso e estão sendo prejudicados pela
111 determinação do MEC nesse Processo Seletivo; determinação esta que aceita somente pré-inscrições
112 de professores com cadastro; (2) a formalização das normas e critérios aplicados nos Processos
113 Seletivos, cuja minuta de resolução foi disponibilizada aos membros do Fórum para apreciação.
114 Acatadas as propostas, passou-se à próxima pauta. **(3). Ordem do dia: 3.1-** Leitura e aprovação da
115 Ata da 13ª Reunião Ordinária, realizada no dia 13 de dezembro de 2010. O Presidente da Mesa
116 lembrou que a Ata foi encaminhada a todos via e-mail e consultou sobre pedidos de alteração. Não
117 havendo manifestação, a Ata foi aprovada por unanimidade e encaminhada para assinatura. **3.2-**
118 Leitura e aprovação da Ata da Sessão Especial do dia 13 de dezembro de 2010. Após consultas aos
119 presentes, a Ata foi aprovada e encaminhada para coleta de assinaturas. **3.3-** Formalização da
120 Comissão de Formação Continuada do Fórum. Sobre o tema, o Prof. Licurgo lembrou que este já foi
121 destaque em reuniões anteriores, cujo encaminhamento proposto foi a elaboração e a apresentação da
122 Minuta de Resolução n. 004/2011, que foi disponibilizada aos participantes para apreciação e
123 aprovação. Propõe a criação da Comissão da Formação Continuada e a publicação de Portaria para
124 designação dos representantes das instituições indicadas para comporem a mesma. Lembrou que a
125 Comissão tem papel relevante no Fórum e na sistematização do plano estratégico da formação
126 continuada. O Plano Estadual de Formação Docente do Pará não contempla a contento as demandas
127 da formação continuada. Então, o desafio dessa Comissão é propor o referido plano. O Presidente da
128 Mesa propôs que o Prof. Licurgo fizesse a leitura da minuta. Após a leitura, a Profa. Helena pediu a
129 palavra para ressaltar que o MEC está fazendo mudanças que podem modificar os rumos desse
130 debate; reafirmou a necessidade das esferas de governo assumirem seus compromissos com a
131 formação; e que as necessidades relativas à formação inicial também afetam a formação continuada,
132 não pela necessidade de um plano, mas de apoio. Assim, essa Comissão não só tem o papel de pautar
133 as demandas de formação, mas também de identificar que ações estão sendo executadas em cada
134 município nessa perspectiva. A Comissão precisa pensar como as escolas no Pará se organizam para,
135 dessa maneira, propor que oficinas, cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* devam ser
136 ofertados. Entretanto, faz-se necessário superar essa visão da formação continuada como oferta de
137 cursos. Para tanto, é preciso que seja feito um grande trabalho com os coordenadores pedagógicos
138 para que estes possam propor ações cotidianas como as que as escolas estão fazendo. A Profa. Graça
139 (UEPA) pediu a palavra e evidenciou a necessidade de se fazer a adequação à resolução no que tange

140 aos cursos: especialização, extensão, etc. A Profa. Iria comentou a composição da Comissão
141 evidenciando a participação da ANFOPE e sugeriu que esta participação fique evidente no texto da
142 Resolução. Ressaltou que o plano estratégico a ser proposto deve fazer a relação com o projeto
143 político pedagógico das escolas e procurar evitar a promoção de uma corrida para a pós-graduação
144 sem que isso repercuta na melhoria da qualidade da educação básica. Disse estar receosa que as
145 modalidades não fossem recuperadas. A educação a distância deve ser regulada pela qualidade e não
146 pela necessidade de titularidade. Assim, o Fórum deve se posicionar. Ao retomar a palavra a Profa.
147 Helena evidenciou que o MEC está passando por reformulações, e se colocou à disposição do
148 plenário para fazer esclarecimentos sobre essas mudanças antes da aprovação da minuta, o que foi
149 aceito. De posse da palavra, a Profa. Helena de Freitas disse que em sua fala fará uma breve
150 explanação sobre as mudanças que estão ocorrendo no MEC, dentre elas: (a) a junção da SECAD; (b)
151 a formação integral dos jovens como parte do currículo das escolas, já que isso é um limite Do Mais
152 Educação; (c) olhar para a escola como demandante da formação e de seu envolvimento que é o
153 projeto pedagógico. Isso vai requer um reordenamento da própria Plataforma Freire, que está
154 passando por ajustes para permitir que a escola examine o conjunto de ações e, em conformidade
155 com seu projeto pedagógico, possa apontar os caminhos. A Plataforma ainda não conseguiu
156 organizar a demanda dos estados nem fazer o diferencial de suas especificidades; (d) É preciso fazer
157 uso do instrumento de gestão, que é o PAR, pensado em 2007, o qual identificou as demandas de
158 formação inicial e continuada, mas nas demais áreas de formação têm identificado problemas. Todos
159 os municípios desse país assinaram o Termo de Compromisso para execução do PAR, mesmo assim,
160 ainda temos municípios que não foram atendidos. Então é preciso repensar o papel das IPES nesse
161 processo. Na formação continuada é preciso que fique claro o papel das IPES na apresentação do
162 projeto pedagógico dos cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*. Nessa perspectiva, olhar hoje
163 para o PAR é fazer a pergunta: quais as condições que cada IPES apresenta para atender a demanda
164 de formação continuada? Isso também tem rebatimento no MEC, o que demandou a necessidade de
165 iniciação de duas ações de fomento para 2011, que são o Centro de Formação de Mato Grosso e
166 outra com o Instituto Aluísio Teixeira (IAT) da Bahia. Estes dois centros serão responsáveis pela
167 definição do apoio das IPES. O grande dilema na CAPES é a concentração tanto da graduação como
168 da pós-graduação, conseqüentemente isso traz uma polêmica, principalmente no que se refere à
169 formação de professores em âmbito inicial. Na hora que os cursos de especialização e mestrado
170 forem colocados na plataforma serão priorizados em detrimento dos demais, pois reforçam a
171 necessidade de titularidade. Não podemos começar nenhum plano de formação, pois exige mais do
172 que disponibilizarmos cursos via Plataforma Freire, pois é uma tarefa para envolver diferentes
173 sujeitos. É preciso empregar à formação de professores uma construção orgânica. Então é preciso
174 que as IPES repensem para dar conta dessa discussão. Os estados e os municípios têm que dar conta
175 desses jovens, mas as licenciaturas não são atrativas porque não se tem uma carreira atrativa. Temos
176 que olhar as evasões... O município tem uma demanda no PAR, mas não consegue acessar o MEC e
177 perde o time das ofertas disponibilizadas. O Presidente da Mesa registrou a presença do Prof. Dr.
178 Fernando Arthur de Freitas Neves e deu segmento ao debate passando a palavra à Profa. Josenilda, a
179 qual ressaltou o papel da Comissão de Formação Continuada e que, dada a necessidade de se
180 (re)pensar o PARFOR, há que se olhar os projetos pedagógicos dos cursos. Ao longo do texto seria
181 importante substituir a expressão CURSOS DE FORMAÇÃO. Há que se potencializar as
182 oportunidades que o PARFOR coloca, de juntar os professores para discutir a formação. O Prof.
183 Tadeu disse dos cuidados que se deve ter com a oferta e realização das especializações, já que não é
184 feita a pergunta ao professor sobre o que estes querem como oferta de curso. Quanto aos projetos
185 pedagógicos não se sabe como são construídos; geralmente um faz e os outros acatam por omissão.
186 Então, é preciso perguntar qual a necessidade desses professores. Nesse contexto, as colocações feitas
187 pela Profa. Helena são pertinente no que tange a modalidade a distância. No Pará, é difícil a oferta
188 dessa modalidade de ensino, uma vez que existem muitas dificuldades de acesso a Internet. Embora
189 esse seja o elemento mais simples nesse processo, o professor tem dificuldade de acessar até seu
190 próprio e-mail. É preciso conquistar o professor, esse é o grande desafio, temos municípios com dois

191 professores de matemática, por exemplo, onde as prefeituras são omissas. Na maioria das vezes as
192 IPES têm que assumir compromissos antes acordado com as prefeituras. A Profa. Ana Tancredi
193 sugeriu que nos convênios assinados com os municípios devem constar uma cláusula determinando
194 que só podem assumir sala de aula aqueles professores já formados. O que se observa são manobras
195 feitas, inclusive com uso de diferentes nomenclaturas, para abrigar professores sem formação, nas
196 salas de aula, quando já é grande o número de professores com formação superior, mas que não
197 querem assumir esse posto, motivados pelos baixos salários e condições para lecionar na formação
198 básica. A Profa. Salomé ressaltou que pela primeira vez as manifestações deste Fórum vão de
199 encontro às angústias de alguns formadores, fazendo com que estes sejam ouvidos. Essa escuta vem
200 sendo buscada com o intuito de evitar que a formação seja pensada de cima para baixo. Só assim
201 essa quebra, essa lacuna, podem ser sanadas; se dirigiu ao Presidente da Mesa para lembrá-lo que,
202 como Secretário de Educação, tem o papel de corroborar para inverter essa pirâmide, principalmente
203 quando vamos executar. O Prof. Márcio ressaltou que a UFPA vêm fazendo o debate sobre a
204 formação continuada e pretende envolver a PROESP e a PROEG nessa discussão. As reuniões com
205 essas pró-reitorias tem como finalidade a construção dos projetos pedagógicos da formação
206 continuada. Questionou o entendimento de que os cursos a distância são cursos ofertados pela
207 Internet sem outros fundamentos. Lembrou que estes têm material didático próprio, tutoria e formato
208 de aula onde o professor pode tirar suas dúvidas. Estes podem ser construídos com parte da carga
209 horária a distância e outra presencial. No PARFOR, 90% têm oferta presencial. Está sendo buscado
210 apoio para discutir isso, pois modalidade a distância não é só acesso a Internet, depende também do
211 projeto de cada IPES. O Prof. Licurgo pontuou o seguinte: (1) substituir "Coordenação Estadual" por
212 "Secretaria de Estado de Educação"; (2) alterar o artigo 3º, inciso IV e inverter a ordem neste artigo;
213 (3) No artigo 4º, suprimir o inciso VI; (4) no artigo 4º, a inclusão de um outro inciso, que seria o 7º.
214 ou 8º, dependendo da supressão do inciso anterior - ação já foi iniciada pela coordenação estadual
215 desde a época da reunião ampliada do Fórum, já há demandas levantadas junto às secretarias
216 municipais. A Prof. Graça propôs reuniões mensais da Comissão de Formação Continuada, proposta
217 na Minuta de Resolução n. 001/2011. Feito o debate, o Presidente da Mesa propôs a aprovação da
218 Minuta em questão, e sugeriu como encaminhamento que esta fosse remetida aos participantes da
219 reunião da Comissão de Formação Continuada que acontecerá no dia 28/01/11, à tarde, neste mesmo
220 auditório, para fazerem os ajustes no texto de acordo com os destaques feitos pela plenária, o que foi
221 acatado por unanimidade. **3.4- Processo Seletivo 2011/01.** O Prof. Licurgo evidenciou o esforço da
222 Coordenação Estadual, junto às Secretarias Municipais de Educação (SMEs) para validação dos
223 professores na Plataforma Freire, e as dificuldades encontradas, o que fez com que fosse prorrogado
224 o prazo de validação do dia 22 para 31 de janeiro de 2011. Disse que com o adiamento, o cenário
225 desse processo a ser apresentado baseia-se em relatório da Plataforma Freire emitido pelo MEC à
226 Coordenação Estadual e que já foi objeto de apreciação pelo Comitê Interinstitucional, na reunião do
227 dia 18/01/2011. Lembrou que os relatórios da Plataforma oferecem oscilações, fato já testemunhado
228 em processos seletivos anteriores, o que causa problemas. Nos slides apresentados, com base no
229 Relatório da Plataforma Freire até 21/01/2011, já haviam sido aceitos 6.300 pré-inscrições. Nesse
230 primeiro diagnóstico aparecem 37 turmas com menos de 25 candidatos (24,5%). Para isso foram
231 propostas algumas opções como: mobilidade entre instituições, mobilidade entre pólos da mesma
232 instituição, cancelamento da oferta. Na divulgação está sendo previstos um evento, em que as
233 assessorias de comunicação estão sendo chamadas para participarem da organização do mesmo.
234 Encerrado o debate sobre esse tema, passou-se para a apreciação dos assuntos inclusos na pauta. **4.**
235 **O que ocorrer. 4.1- Auxílio-formação da rede estadual.** O Prof. Neivaldo, ao esclarecer essa
236 inclusão de pauta, reafirmou a importância do auxílio-formação para assegurar a permanência do
237 professores ingressos na Plataforma Freire, dada as condições dos que atuam na educação básica da
238 rede pública de ensino. A idéia inicial do repasse do auxílio-formação era a de que isso fosse feito
239 pelo MEC, mas não foi possível. Já o auxílio-formação a ser pago aos professores da rede estadual
240 seria em quatro parcelas e depois parcela única, mas até o momento não há definições. Precisamos
241 de uma posição formal da SEDUC, pois a que tem é a de alguns professores que se manifestam

242 descontentes quanto ao não pagamento do mesmo. É necessário esclarecimento e posição da SEDUC
243 quanto ao isso para podermos comunicar aos nossos alunos. Em resposta às indagações feitas, o
244 Presidente da Mesa e Secretário de Estado de Educação em exercício, afirmou não haver nenhum
245 posicionamento oficial quanto ao não pagamento do auxílio- formação pelo Governo do Estado, mas
246 a SEDUC precisa analisar esse processo e seus orçamentos. É preciso analisar o equacionamento
247 disso. A SEDUC está levantando essa questão e aquilo que estiver empenhado será pago logo, o não
248 empenhado será visto como fazer. Não existe deliberação oficial quanto ao não pagamento, mesmo
249 considerando ser débito do ano passado. O Prof. Cláudio se comprometeu, para a próxima reunião,
250 fazer apresentação com relação à questão em debate, e reforçar a interlocução com os municípios
260 que ainda não estão pagando auxílio, a fim de mobilizá-los quanto a isso. O Prof. Roberto pediu à
261 mesa, se possível, que fosse apresentado um quadro da situação do auxílio- formação, municípios que
262 estão pagando e sobre o pagamento da rede estadual e propôs a apresentação na próxima reunião do
263 Fórum. A Profa. Ana Cássia afirmou que o auxílio- formação é um grande impasse, pois os
264 professores colocam isso com muita veemência, o que tem motivado o IFPA a colocar essa questão
265 para os municípios e MEC; manifestou-se satisfeita ao ver que o SINTEPP e a UNDIME pretende
266 auxiliar nesse processo e conseqüentemente, assegurar a permanência dos mesmos em sala de aula.
267 Disse que no Sul do Pará, esta semana (24 a 28/01/2011), foi feita cobrança por parte dos
268 professores, que estão se mobilizando em torno da questão, o que requer o engajamento das
269 instituições para evitar os improvisos e manter os professores em sala de aula. A Profa. Iria enfatizou
270 que, quando se propõe valorização é preciso formar e dar as condições para que eles sejam bem
271 formados. Assim, não basta apenas condenar os municípios sem fazer pressão ao MEC para que este
272 dê apoio aos gestores para pagamento do auxílio. Propôs que o Fórum encaminhe um documento ao
273 MEC, CAPES e à Secretaria de Educação Básica informando que isso é um problema e exigindo
274 uma posição imediata sobre essa questão, isto porque, todos os fóruns estão sentido isso, o que pode
275 levar a uma condenação do Programa. O Prof. Mateus informou que o município de Acará está
276 disponibilizando um ônibus para deslocamento dos professores até Belém; o município de Curuçá
278 repassa R\$120,00 mensais para permanência em Belém; Belém e Ananindeua estão negando a
279 liberação dos professores para cursarem Plataforma Freire. Disse que a maioria desses professores
280 percebe em média salário de R\$520,00. Portanto, os municípios devem fazer um planejamento para
281 assegurar essa questão, além disso, tem os problemas de cunho pedagógico e o de temporários que
282 estão cursando e que já foram demitidos. Sobre os temporários ingressos na Plataforma Freire e
283 demitidos, o Presidente da Mesa disse que é preciso que se adote medidas que inibam a demissão de
284 professores em qualificação, para evitar que os municípios façam isso e acabem contratando
285 professores não habilitados para a função, o que representa prejuízos. A Profa. Helena de Freitas
287 disse que também é papel do fórum olhar se os municípios estão utilizando os recursos da formação
288 para os professores e que as SMEs ao validarem seus professores firmem compromisso quanto a
289 apoio a ser repassado; Essa é uma ação política que o MEC com a criação dessa Secretaria de
290 Articulação pretende dar conta. O Prof. Licurgo lembrou que essa questão já vem sendo trabalhada
291 desde a formatação do plano e que muitas ações estão sendo feitas, mas também tem muitas
292 secretarias que não fazem. E os que não fazem se sobrepõe. Evidenciou que a Coordenação Estadual
293 do PARFOR-PA tem informações que podem auxiliar na sistematização do documento. Quanto ao
294 pagamento do auxílio- formação pelo MEC, disse que não houve uma avaliação mais profunda dessa
295 medida e em reunião que participou no Ministério chegou a concordar com o não pagamento por
296 essa instituição, mas avalia que é prejudicial, por isso essa proposição é pertinente. O Presidente da
297 Mesa propôs que o Prof. Licurgo sistematize uma minuta do documento para apresentação na
298 próxima reunião do Fórum e que as contribuições possam ser feitas por todos, para
299 encaminhamentos posteriores. **4.2-** Aceitação de pré-inscrições de professores que atuam em
290 projetos educacionais e professores da Educação Especial que não estão no Educacenso. Ao
291 defender o tema, o Prof. Licurgo ressaltou que as inscrições, nesse Processo Seletivo 2011/01, por
292 adotar como prerrogativa de aceitação na Plataforma Freire de professores cadastrados no
293 Educacenso/2009, provocou uma redução nas pré-inscrições. Então nas sobras de vagas dessa

294 edição, havendo acolhimento pelas SMEs, o MEC deve acatar a complementação dessas turmas com
 295 professores nessa condição. A Profa. Helena de Freitas deu ênfase ao fato de que o sistema
 296 educacional precisa atender ao Educacenso e se comprometeu em apresentar essa solicitação junto
 297 ao MEC; caso não seja aceito, vai sugerir que seja visto o Educacenso/2010. **4.3- Formalização das**
 298 **normas e critérios utilizados na seleção.** Sobre o tema, o Prof. Licurgo informou que na pasta
 299 entregue aos participantes, está inclusa a Minuta da Resolução n. 005/2011 que “estabelece os
 290 critérios e procedimentos para composição de turmas das IPES no âmbito do PARFOR-PA” e que a
 291 finalidade da mesma é formalizar os procedimentos já aplicados nos processos seletivos no Pará
 292 desde 2009. Feito a defesa, o Presidente da Mesa propôs e foi aceito que o documento seja lido e que
 293 as contribuições sejam encaminhadas via e-mail, para apreciação na próxima reunião. O Prof.
 294 Licurgo fez uso da palavra para informar aos participantes que a Coordenação Estadual do
 295 PARFOR-PA preparou um CD-Rom com os registros das ações desenvolvidas pelo Fórum em 2010
 296 e que foi distribuído a todos os membros; o registro em CR-Rom contou com a participação da
 297 UFRA que cedeu os CDs para gravação. Encerrada a pauta, o Presidente da Mesa fez os
 298 agradecimentos aos presentes e, em nome da Profa. Marlene, agradeceu, mais uma vez, a
 299 Universidade Federal do Pará (UFPA) pela recepção dada aos integrantes do Fórum, convidados e
 300 ouvintes; lembrou que a próxima reunião ocorrerá no dia 21 de fevereiro de 2011 (segunda-feira), às
 301 9h00, no Campus da Universidade Federal Rural da Amazônia, no município de Belém (PA), que
 302 será a instituição anfitriã; deu por encerrada a sessão e nós, Janete Messias dos Santos e Maira
 303 Carvalho de Carvalho, lavramos a presente ata.

Nº	INSTITUIÇÕES	NOME DO REPRESENTANTE	ASSINATURAS
1	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ - SEDUC	Cláudio Cavalcanti Ribeiro	
2	COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANO DE FORMAÇÃO DOCENTE - PARFOR-PA	Licurgo Peixoto de Brito	
3	MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO - MEC	Helena Lopes de Freitas	
4	CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - CEE	Roberto Ferraz Barreto	
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA	Marlene Medeiros Rodrigues de Freitas	
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA	Márcio Lima do Nascimento	
6	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA	Maria das Graças da Silva	
7	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA	Janae Gonçalves Martins	
8	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA	Ana Cássia Sarmanho Ferreira	
9	SINDICATO DOS PEDAGOGOS DO ESTADO DO PARÁ - SINPEP	Maria Salomé Vilhena dos Santos	
10	ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - ANFOPE	Ana Rosa Peixoto de Brito	
11	SINDICATO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DO PARÁ -	José Mateus Ferreira	

	SINTEPP		
12	UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – SEÇÃO PARÁ – UNDIME/PA	Nair Mascarenhas	